

*TEXTO 1*

**A educação no Brasil: avanços e problemas**

Se fizéssemos um passeio pela história da educação, no Brasil, veríamos que muito pouco mudou, desde o início até os dias de hoje. O que ocorreu foi uma sucessão de avanços e tropeços.

Nos primeiros anos do nosso país, a educação era aquela promovida pelos jesuítas, cuja preocupação era a catequese dos índios e o ensino das primeiras letras aos filhos dos colonos. A despreocupação com a escola se devia ao fato de ser o país ainda uma colônia rural, em que se dependia apenas da força braçal. Sendo as atividades eminentemente braçais, saber ler e escrever consistia em um luxo. Pensava-se: para que um trabalhador da roça saber ler e escrever, se seu serviço é lavrar o chão?

Com a chegada da família real, as coisas não mudaram. A educação escolar continuava sendo privilégio de alguns membros das elites, com a diferença de que foram criados alguns cursos que poderiam ser considerados precursores das primeiras faculdades. Somente após a Primeira Guerra Mundial, com a chegada dos imigrantes e o início da industrialização, houve maior preocupação com a escola. Entretanto, de forma mais concreta, somente a partir dos anos 60 do século XX, a partir de movimentos populares, de mobilização sindical, se concretizaram as primeiras experiências de popularização da escola. Mas esse princípio de educação popular foi extinto com a instalação do Governo Militar, a partir de 1964, a partir do qual foram estabelecidos os acordos MEC-Usaid.

Durante o período militar, nasceu a LDB 5.692/71 que, por muitos anos, norteou o ensino de primeiro e segundo graus, no país. Essa lei pode ser considerada, ao mesmo tempo, um avanço e um tropeço. Avanço porque normatizou o sistema escolar nacional, que até esse momento não estava completamente organizado. Tropeço porque a escola nacional se tornou dependente dos interesses norte-americanos, em razão dos acordos MEC-Usaid.

Com o processo de abertura e redemocratização, a partir de meados da década de 1980, o sistema escolar se reorganizou e, em 1996, foi publicada uma nova LDB, a qual rege o sistema escolar brasileiro, na atualidade. Podemos dizer que o grande avanço do sistema escolar brasileiro e da legislação educacional foi a obrigatoriedade da gratuidade do ensino fundamental e médio a ser oferecido pelos estados e municípios. A oferta e o compromisso com a escolarização passou a ser não só uma obrigação dos pais, por ser direito da criança e do jovem, como um dever do Estado. Entretanto, isso ainda não se tornou uma realidade para todos os estudantes, pois nem todos têm condições de acesso à escola, e nem todos os que têm acesso permanecem nela.

Mas, ao longo da nossa história, talvez o grande problema da educação nacional seja o da desvalorização do profissional da educação, desvalorização que se manifesta nos baixos salários e na dificuldade de acesso à escolarização de nível superior. Vemos, então, que o que a nossa história nos ensina é que, embora nosso quadro escolar já tenha sido pior, ainda temos muito a melhorar, se queremos, um dia, nos equiparar com os países desenvolvidos.

CARNEIRO, Neri de Paula. Texto disponível em: <http://www.meuartigo.brasilecola.com/educacao/a-educacao-no-brasil-avancos-problemas.htm>. Acesso em 01/12/2009. Adaptado.

**QUESTÃO 01**

Com o Texto 1, seu autor pretende, primordialmente:

- A) comentar sobre acontecimentos do cotidiano, com apoio em depoimentos.
- B) defender um certo ponto de vista, tendo por base alguns dados históricos.
- C) narrar fatos do passado, tendo como referência testemunhos diversos.
- D) criticar decisões tomadas no presente, que se justificam por fatos passados.
- E) explicar uma situação do presente, a partir de certos dados estatísticos.

**QUESTÃO 02**

Acerca das informações do Texto 1, analise as proposições abaixo.

1. A catequese pode ser avaliada como a primeira justificativa para a educação formal, e a religião foi a base do ensino da leitura e da escrita, a toda a população da Colônia.
2. A chegada da família real provocou profundas mudanças no cotidiano da Colônia, as quais se refletiram na expansão do sistema escolar, que deixou de restringir-se às elites.
3. A ditadura militar, instaurada no país a partir de 1964, frustrou as conquistas que vinham sendo alcançadas pelos movimentos populares e de mobilização sindical, na área da educação.
4. Embora a partir da nova LDB o ensino fundamental e o médio tenham passado a ser oferecidos gratuitamente por estados e municípios, ainda há estudantes com dificuldades de acesso à escola.

Estão em consonância com o texto as informações das proposições:

- A) 1, 2, 3 e 4.
- B) 1 e 2, apenas.
- C) 3 e 4, apenas.
- D) 1 e 3, apenas.
- E) 2 e 4, apenas.

**QUESTÃO 03**

No que se refere ao posicionamento do autor perante as informações que apresenta no Texto 1, assinale a alternativa correta.

- A) Ele defende que a história da educação, no Brasil, desde o tempo da colonização até os dias de hoje, revela progressos contínuos e significativos.
- B) Ele encontra na ansia pela catequese, que justificava a forte presença dos jesuítas na colônia, a total falta de preocupação com a escola, na época.
- C) Ele enaltece o fato de ter ocorrido a Primeira Guerra Mundial, pois esta foi positiva para a educação no Brasil, já que gerou maior preocupação com a escola.
- D) Ele considera a nova LDB como um enorme avanço para a educação no Brasil, pois, dentre outras conquistas, solucionou o problema da evasão escolar.
- E) Ele reconhece que, em se tratando de educação, o presente é melhor do que o passado, mas afirma que ainda há muito a ser conquistado nessa área.

**QUESTÃO 04**

Quanto ao significado de alguns termos e expressões utilizados no Texto 1, assinale a alternativa correta.

- A) No contexto em que está inserido, o trecho: “*uma sucessão de avanços e tropeços*” significa “uma seleção de vitórias e derrotas”.
- B) O segmento “*atividades eminentemente braçais*” é sinônimo de “atividades costumeiramente rurais”.
- C) Referir-se a “[ *cursos*] *precursores das primeiras faculdades*” é referir-se a “[ *cursos*] que se assemelham às primeiras faculdades”.
- D) Afirmar que “*a LDB 5.692/71, por muitos anos, norteou o ensino...*” equivale a afirmar que “*a LDB 5.692/71, ao longo de vários anos, orientou o ensino...*”.
- E) O trecho: “*se queremos, um dia, nos equiparar com os países desenvolvidos*” é semanticamente equivalente a “*se desejamos, um dia, cooperar com os países do primeiro mundo*”.

**QUESTÃO 05**

Acerca de algumas relações semânticas presentes no Texto 1, analise as proposições a seguir.

1. No trecho: “*Se fizéssemos um passeio pela história da educação, no Brasil, veríamos que muito pouco mudou*”, evidencia-se uma relação de condição.
2. No trecho: “*Sendo as atividades eminentemente braçais, saber ler e escrever consistia em um luxo.*”, percebe-se uma relação de causa.
3. No trecho: “*Com o processo de abertura e redemocratização, a partir de meados da década de 1980, o sistema escolar se reorganizou*”, o segmento destacado expressa uma causa.
4. No trecho: “*Vemos, então, que o que a nossa história nos ensina é que, embora nosso quadro escolar já tenha sido pior, ainda temos muito a melhorar*”, o segmento destacado estabelece com o seguinte uma relação de concessão.

Estão corretas as afirmações:

- A) 1, 2, 3 e 4.
- B) 2, 3 e 4, apenas.
- C) 1, 3 e 4, apenas.
- D) 1, 2 e 4, apenas.
- E) 1, 2 e 3, apenas.

QUESTÃO 06

Somente após a Primeira Guerra Mundial, com a chegada dos imigrantes e o início da industrialização, houve maior preocupação com a escola. Entretanto, de forma mais concreta, somente a partir dos anos 60 do século XX, a partir de movimentos populares, de mobilização sindical, se concretizaram as primeiras experiências de popularização da escola.

Sobre o termo destacado no trecho acima, é correto afirmar que ele:

- A) indica que será introduzido um segmento explicativo; do ponto de vista semântico, equivale a 'todavia'.
- B) expressa dúvida, incerteza, em relação ao conteúdo que está sendo dito; equivale a 'conquanto'.
- C) sinaliza uma mudança na orientação argumentativa do texto; poderia ser substituído por 'contudo'.
- D) cumpre a função de relacionar dois segmentos cujos conteúdos se opõem; tem o mesmo valor de 'portanto'.
- E) delimita temporalmente um dado segmento do texto; seu valor semântico é o mesmo de 'contanto'.

QUESTÃO 07

Observe como o autor do Texto 1 obedeceu às normas da regência verbal no trecho: “em 1996, foi publicada uma nova LDB, a qual rege o sistema escolar brasileiro, na atualidade.”. Também observamos obediência às normas de regência na alternativa:

- A) “em 1996, foi publicada uma nova LDB, à qual está sujeito o sistema escolar brasileiro, na atualidade.”
- B) “em 1996, foi publicada uma nova LDB, na qual depende o sistema escolar brasileiro, na atualidade.”
- C) “em 1996, foi publicada uma nova LDB, da qual se apoia o sistema escolar brasileiro, na atualidade.”
- D) “em 1996, foi publicada uma nova LDB, cuja qual regula o sistema escolar brasileiro, na atualidade.”
- E) “em 1996, foi publicada uma nova LDB, pela qual está enquadrado o sistema escolar brasileiro, na atualidade.”

QUESTÃO 08

Para compreendermos o sentido da expressão “força braçal”, devemos relacionar o termo destacado ao substantivo ‘braço’. Assim, também:

- A) o termo ‘cervical’ está relacionado a ‘costas’, como em: “região cervical”.
- B) o termo ‘glacial’ está relacionado a ‘gelo’, como em: “era glacial”.
- C) o termo ‘armorial’ está relacionado a ‘amor’, como em: “movimento armorial”.
- D) o termo ‘marcial’ está relacionado a ‘mar’, como em: “lei marcial”.
- E) o termo ‘sazonal’ está relacionado a ‘saúde’, como em: “chuva sazonal”.

QUESTÃO 09

Tendo em mente as normas da concordância verbal, analise os enunciados abaixo.

1. Sabe-se que, no Brasil, não falta leis que regulamentem a educação e, sim, mais investimento nessa área.
2. Alguns educadores acham que deveria haver cotas nas universidades para profissionais de educação.
3. Apesar dos avanços alcançados, ainda se percebe muitos problemas na educação brasileira.
4. Existe certos fatos, na história do Brasil, que explicam nossa realidade na área da Educação.

Está(ão) correto(s):

- A) 1, 2, 3 e 4.
- B) 1, 2 e 3, apenas.
- C) 1 e 3, apenas.
- D) 3 e 4, apenas.
- E) 2, apenas.

TEXTO 2

**Palavrões**

Quando um palavrão aparece fora de lugar ou sai de boca de quem não se esperaria, a reação é um pouco escandalizada. No Brasil, menos do que em outros países. [...]

Lendo qualquer texto que trate de tabus linguísticos, descobrem-se dois aspectos aparentemente contraditórios de sua vida numa comunidade linguística. Primeiro: são controlados (e não propriamente proibidos), de forma que nem todos os falantes os empregam, ou os empregam impunemente. Segundo: são valorizados, o que significa que os que proferem palavras proibidas são considerados de certa forma heroicos, corajosos, por terem a coragem de violar certas regras (ou de desafiar forças ocultas).

Há episódios históricos interessantes em relação aos palavrões. O Pasquim foi francamente inovador, especialmente em suas entrevistas, quando eles abundavam. O jornal vinha cheio de asteriscos. É a vantagem da escrita. Ninguém pode ficar desenhando asteriscos no ar quando fala.

Mas nem só de palavrão vive o tabu. Outras palavras são consideradas perigosas, e são evitadas de alguma forma: muita gente não diz nomes de doenças, por exemplo, ou não tem coragem de dizer "morrer" (diz "faltar") nem "diabo" (no máximo, diz "diacho", o que permite expressar uma carga emotiva e, ao, mesmo tempo, evitar que o Cujo apareça ou aja). Quem leu *Grande Sertão: Veredas* sabe o quanto Riobaldo evitava dizer o nome dele. De quebra, aprendeu um bom número de nomes alternativos.

Em suma: dizer palavrões é violar regras sociais. Sabemos mais ou menos como elas funcionam. Como sempre, a certeza aumenta quando uma regra é violada. [...]

Sírio Possenti. Texto disponível em:  
<http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI4161671-EI8425,00-Palavroes.html>.  
Acesso em 18/12/2009. Adaptado.

**QUESTÃO 10**

O Texto 2 nos revela que seu autor percebe o palavrão como:

- A) um motivo de escândalo.
- B) algo contraditório.
- C) uma regra social.
- D) um tabu linguístico.
- E) algo a ser controlado.

**QUESTÃO 11**

Uma informação que está implícita no Texto 2, acerca dos palavrões, é que:

- A) eles podem ter diferentes representações, na escrita e na fala.
- B) numa comunidade linguística, eles são absolutamente proibidos.
- C) apesar de serem uma violação às regras sociais, são usados por todos.
- D) nas sociedades modernas, há irrestrita valorização em seu uso.
- E) *Grande Sertão: Veredas* exemplifica seu amplo uso na literatura.

**QUESTÃO 12**

Podemos evidenciar uma relação de causa e consequência no seguinte trecho do Texto 2:

- A) “Lendo qualquer texto que trate de tabus linguísticos, descobrem-se dois aspectos aparentemente contraditórios de sua vida numa comunidade linguística”.
- B) “O Pasquim foi francamente inovador, especialmente em suas entrevistas, quando eles abundavam”.
- C) “Outras palavras são consideradas perigosas, e são evitadas de alguma forma”.
- D) “Quando um palavrão aparece fora de lugar, a reação é um pouco escandalizada”.
- E) “Há episódios históricos interessantes em relação aos palavrões. O Pasquim foi francamente inovador”.

**QUESTÃO 13**

É possível reconhecer uma relação de intertextualidade no seguinte trecho do Texto 2:

- A) “No Brasil, menos do que em outros países.”
- B) “Há episódios históricos interessantes em relação aos palavrões.”
- C) “O jornal vinha cheio de asteriscos.”
- D) “Como sempre, a certeza aumenta quando uma regra é violada.”
- E) “Mas nem só de palavrão vive o tabu.”

QUESTÃO 14

Observe a grafia do termo destacado no trecho: “*Segundo: são valorizados*”. Está grafada segundo as normas ortográficas vigentes a palavra destacada na alternativa:

- A) Todos ficaram completamente paralizados ao ouvirem tantos palavrões.
- B) A questão dos palavrões precisa ser analizada em seus contextos de uso.
- C) Não cabe defender que o uso de palavrões seja legalizado, já que nem é proibido.
- D) A multidão começou a gritar palavrões quando viu que a prova não seria realizada.
- E) O discurso foi finalizado assim que o orador começou a dizer palavrões.

QUESTÃO 15

Segundo as normas vigentes, a palavra ‘*tabu*’ não deve receber acento gráfico. Da mesma maneira, não deve ser acentuada a palavra:

- A) bau.
- B) saude.
- C) órgão.
- D) rubrica.
- E) convem.

RASCUNHO

RASCUNHO

QUESTÃO 16

Na aplicação dos testes de observância e substantivos, o auditor deve considerar os seguintes procedimentos técnicos básicos:

- A) Inspeção, observação, ocorrência, abrangência, revisão analítica.
- B) Inspeção, observação, investigação e confirmação, cálculo, revisão analítica.
- C) Existência, abrangência, investigação e confirmação, cálculo, revisão analítica.
- D) Existência, observação, ocorrência, abrangência, cálculo.
- E) Existência, inspeção, abrangência, cálculo, investigação e confirmação.

QUESTÃO 17

Sobre a conceituação e objetivos da auditoria independente é **incorreta** a seguinte afirmação:

- A) A auditoria das demonstrações contábeis constitui o conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo a emissão de parecer sobre a sua adequação, consoante os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade e, no que for pertinente, a legislação específica.
- B) Salvo declaração expressa em contrário, constante do parecer, entende-se que o auditor considera adequadas e suficientes, para o entendimento dos usuários, as informações divulgadas nas demonstrações contábeis, tanto em termos de conteúdo quanto de forma.
- C) Na ausência de disposições específicas, prevalecem as práticas usuais do auditor, formalizadas ou não pelos seus organismos próprios.
- D) O parecer do auditor independente tem por limite os próprios objetivos da auditoria das demonstrações contábeis e não representa, pois, garantia de viabilidade futura da entidade ou algum tipo de atestado de eficácia da administração na gestão dos negócios.
- E) O parecer é de exclusiva responsabilidade de contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

QUESTÃO 18

Com referência às fraudes e erros, é **correto** afirmar:

- A) Ao detectar erros relevantes ou fraudes no decorrer dos seus trabalhos, o auditor tem a obrigação de comunicá-los à administração da entidade e sugerir medidas corretivas, informando sobre os possíveis efeitos no seu parecer, caso elas não sejam adotadas.
- B) Ao detectar erros relevantes ou fraudes no decorrer dos seus trabalhos, o auditor tem a obrigação de autuar à administração da entidade ou sugerir medidas corretivas, informando sobre os possíveis efeitos financeiros e judiciais para a entidade.
- C) A responsabilidade primária na prevenção e identificação de fraudes e erros é do auditor que pode evitá-los através da implementação e manutenção de adequado sistema contábil e de controle interno.
- D) O auditor deve planejar seu trabalho sem considerar as possibilidades de detectar fraudes e erros, uma vez que estes impliquem efeitos relevantes nas demonstrações contábeis.
- E) O erro é um ato não intencional de omissão ou manipulação de transações, adulteração de documentos, registros e demonstrações contábeis.

QUESTÃO 19

A avaliação do ambiente de controle deve considerar todos os seguintes aspectos, **exceto**:

- A) a definição de funções de toda a administração.
- B) o processo decisório adotado na entidade.
- C) a estrutura organizacional da entidade e os métodos de delegação de autoridade e responsabilidade.
- D) os controles adotados sobre as contas que registram as principais transações da entidade.
- E) as políticas de pessoal e a segregação de funções.

QUESTÃO 20

Sobre o que deve o ser considerado pelo auditor na aplicação dos procedimentos de revisão analítica na auditoria, analise as afirmativas abaixo e indique V no caso de verdadeira ou F quando considerar falsa.

- ( ) O objetivo dos procedimentos e o grau de confiabilidade dos resultados alcançáveis.
- ( ) A natureza da entidade e o conhecimento adquirido nas auditorias anteriores.
- ( ) A disponibilidade de informações, sua relevância, confiabilidade e comparabilidade.

A sequência **correta** de cima para baixo é

- A) V, F, F
- B) F, V, F
- C) F, F, V
- D) V, F, V
- E) V, V, V

RASCUNHO

**QUESTÃO 21**

De acordo com a natureza da opinião que contém, classifica-se o parecer do auditor nos seguintes tipos, exceto:

- A) Parecer sem Ressalva.
- B) Parecer com Ressalva.
- C) Parecer Adverso.
- D) Parecer Contrário.
- E) Parecer com Abstenção de Opinião.

**QUESTÃO 22**

Sobre as circunstâncias que impedem a emissão do parecer sem ressalva, analise as afirmativas abaixo:

1. O auditor não deve emitir parecer sem ressalva quando existir limitação na extensão do seu trabalho, que, na sua opinião, tenham efeitos relevantes para as demonstrações contábeis.
2. Na auditoria independente das demonstrações contábeis das entidades, públicas ou privadas, sujeitas à regulamentação específica quanto à adoção de normas contábeis próprias ao segmento econômico, quando elas forem significativamente conflitantes com as práticas já consagradas pela Profissão Contábil.
3. A discordância com a administração da entidade a respeito do conteúdo e forma de apresentação das demonstrações contábeis deve conduzir à parecer com opinião contrária, com os esclarecimentos que permitam a correta interpretação dessas demonstrações.

Está(ão) correta(s) apenas

- A) 1 e 2.
- B) 1.
- C) 1 e 3.
- D) 3.
- E) 2 e 3.

**QUESTÃO 23**

Sobre a documentação da auditoria, é incorreta a seguinte afirmação:

- A) O auditor deve documentar as questões que foram consideradas importantes para proporcionar evidência, visando a fundamentar seu parecer da auditoria.
- B) Os papéis de trabalho constituem a documentação preparada pelo auditor ou fornecida a este na execução da auditoria.
- C) O auditor pode usar quaisquer documentos e demonstrações preparados ou fornecidos pela entidade, desde que avalie sua consistência e se satisfaça com sua forma e conteúdo.
- D) O auditor deve adotar procedimentos apropriados para manter a custódia dos papéis de trabalho pelo prazo de cinco anos, a partir da data de emissão do seu parecer.
- E) No caso de auditorias realizadas em vários períodos consecutivos, os papéis de trabalho não podem ser reutilizados.

**QUESTÃO 24**

Em relação aos procedimentos de auditoria em um ambiente de Processamento Eletrônico de Dados – PED, é correto afirmar:

- A) Os objetivos da auditoria mudam se os dados contábeis forem processados manualmente ao invés da utilização do computador.
- B) O auditor pode aplicar procedimentos de auditoria com ou sem auxílio de sistema informatizado, ou ainda uma combinação de ambos, a fim de obter evidências suficientes.
- C) O auditor não deve levar em consideração o ambiente de PED no planejamento dos procedimentos de auditoria.
- D) Os métodos de aplicação dos procedimentos de auditoria para obter evidências não podem ser influenciados pelos métodos de processamento com o auxílio do computador.
- E) Os riscos e controles decorrentes do ambiente de PED não impactam na avaliação de risco pelo auditor na determinação da natureza, na oportunidade e na extensão dos procedimentos de auditoria.

**QUESTÃO 25**

Com referência às hipóteses de ocorrência de omissão no registro de receita, de acordo com a Lei nº. 9.430/96, analise as afirmativas abaixo e indique V no caso de verdadeira ou F quando considerar falsa.

- ( ) Falta de escrituração de pagamentos efetuados pela pessoa jurídica, assim como a manutenção, no passivo, de obrigação cuja exigibilidade não seja comprovada.
- ( ) O valor resultante da multiplicação das diferenças de quantidades de produtos ou de matérias-primas e produtos intermediários pelos respectivos preços médios de venda ou de compra.
- ( ) Os valores creditados em conta de depósito ou de investimento mantida junto a instituição financeira, em relação aos quais o titular, regularmente intimado, não comprove, mediante documentação hábil e idônea, a origem dos recursos utilizados nessa operação.

A sequência correta de cima para baixo é:

- A) V, F, F
- B) V, V, V
- C) F, V, F
- D) F, F, F
- E) V, F, V

QUESTÃO 26

Sobre a continuidade normal das atividades de uma entidade, é **correto** afirmar que **não** se caracteriza como procedimentos da auditoria:

- A) analisar e discutir com a administração as projeções do fluxo de caixa, resultado e outras pertinentes.
- B) analisar e discutir as Demonstrações Contábeis subsequentes mais recentes da entidade.
- C) ler as atas de reuniões ou de assembleias de sócios, assim como atas de reuniões de diretoria, do conselho de administração, do conselho fiscal e de outros comitês importantes, em busca de referência às dificuldades financeiras.
- D) indagar a funcionários da entidade quanto à possibilidade de os mesmos ingressarem judicialmente com reclamações trabalhistas.
- E) avaliar a capacidade financeira e o compromisso das partes relacionadas e de terceiros proporcionarem tais recursos.

QUESTÃO 27

Sobre a carta de responsabilidade da administração, está **incorreta** a seguinte afirmativa:

- A) O auditor deve obter declarações por escrito da administração sobre assuntos significativos para as Demonstrações Contábeis sempre que não se possa ter expectativa razoável quanto à existência de outra evidência de auditoria pertinente.
- B) As declarações por escrito solicitadas da administração podem estar limitadas a assuntos considerados, individual ou coletivamente, como significativos para as Demonstrações Contábeis.
- C) As declarações da administração podem substituir outras evidências de auditoria que o auditor independente poderia obter.
- D) Caso a declaração da administração seja conflitante com outra evidência de auditoria, o auditor deve investigar as circunstâncias e, se necessário, reconsiderar a confiabilidade de outras declarações feitas pela administração.
- E) O auditor deve obter declaração por escrito da administração que reconhece sua responsabilidade pela elaboração e implementação de controles internos para prevenir e identificar erros.

QUESTÃO 28

Em conformidade com a Lei 4.320/64, analise cada uma das afirmativas abaixo sobre receita pública e indique V se for verdadeira e F se for falsa.

- ( ) Compreendem os impostos, as taxas e contribuições nos termos da constituição e das leis vigentes em matéria financeira, destinando-se sua utilização para fins de investimentos.
- ( ) É classificada nas categorias econômicas: Receitas Correntes, Receitas de Capital e Receitas de Investimento.
- ( ) São Receitas Correntes as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em despesas corrente e, ainda, o *superávit* do Orçamento Corrente.
- ( ) São Receitas de Capital as receitas tributárias, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado.

A sequência **correta** de cima para baixo é:

- A) V, F, F, F
- B) V, V, V, F
- C) F, F, F, V
- D) V, V, V, V
- E) F, F, F, F

RASCUNHO



QUESTÃO 29

A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a uma das seguintes condições:

- A) Demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, e que não afetará o superávit fiscal previsto no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias.
- B) Estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no *caput*, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.
- C) Compreender presunção de crédito, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições.
- D) Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata a lei decorrer de benefício que só entrará em vigor quando implementadas as medidas suplementares.
- E) Quando a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e não atingir os dois exercícios subsequentes.

RASCUNHO

QUESTÃO 30

A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no(s) exercício(s)

- A) em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes; declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.
- B) seguinte e nos dois subsequentes; declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.
- C) em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes; declaração do ordenador da despesa de que o aumento não tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.
- D) subsequentes; declaração do ordenador da despesa de que o aumento não tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.
- E) em que deva entrar em vigor; declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

RASCUNHO

QUESTÃO 31

Os créditos adicionais classificam-se em:

- A) Suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária; discriminais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica; e extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.
- B) Complementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária; especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica; e extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.
- C) Suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária; especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica; e extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.
- D) Suplementares, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica; especiais, destinados a reforço de dotação orçamentária; e extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.
- E) Suplementares, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica; especiais, destinados a reforço de dotação orçamentária; e ordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

RASCUNHO

QUESTÃO 32

A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa, desde que não comprometido o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício:

- A) seguinte; os provenientes de excesso de arrecadação; os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; e o produto de operações de credito, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las.
- B) anterior; os provenientes de excesso de previsão; os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos especiais, autorizados em Lei; e o produto de operações de credito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las.
- C) anterior; os provenientes de excesso de arrecadação; os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos suplementares, autorizados em Lei; e o produto de operações de credito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las.
- D) anterior; os provenientes de excesso de arrecadação; os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; e o produto de operações de credito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las.
- E) anterior; os provenientes de falta de arrecadação; os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; e o produto de operações de credito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las.

RASCUNHO

**QUESTÃO 33**

Para os efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal, sobre a despesa total com pessoal, analise cada uma das afirmativas e indique V se for verdadeira e F se for falsa.

- ( ) O somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.
- ( ) Os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal".
- ( ) A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.
- ( ) não poderá em cada período de apuração e em cada ente da Federação, os percentuais da receita corrente líquida, sendo: 60% para a União, 50% para os Estados, e 50% para os Municípios.

A sequência correta de cima para baixo é:

- A) V, V, F, V  
B) V, F, F, V  
C) V, V, V, F  
D) F, V, V, F  
E) V, F, V, F

**QUESTÃO 34**

Compete à União instituir os seguintes impostos, exceto:

- A) Importação de produtos estrangeiros.  
B) Produtos industrializados.  
C) Propriedade territorial rural.  
D) Propriedade territorial urbana.  
E) Grandes fortunas, nos termos de lei complementar.

**QUESTÃO 35**

Sobre o poder de tributar da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, é correto afirmar:

- A) As taxas poderão ter base de cálculo própria de impostos.  
B) Os impostos não terão caráter pessoal.  
C) As contribuições de melhoria, decorrente de obras públicas, poderão ser instituídas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.  
D) Os Municípios não poderão instituir impostos.  
E) É de competência exclusiva da União a instituição de contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas.

**QUESTÃO 36**

Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, exceto:

- A) exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça.  
B) cobrar tributos.  
C) utilizar tributo com efeito de confisco.  
D) estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público.  
E) instituir tratamento igual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente.

**QUESTÃO 37**

Da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, a União entregará:

- A) quarenta e oito por cento do produto arrecadado.  
B) cinquenta por cento do produto arrecadado.  
C) vinte e um inteiros e cinco décimos por cento aos Municípios.  
D) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento aos Estados.  
E) vinte e cinco por cento do produto arrecadado.

**QUESTÃO 38**

Uma duplicata de R\$ 18.000,00 é descontada 4 meses antes do vencimento. Considerando-se uma taxa simples de desconto de 6% ao mês, qual é o valor do desconto comercial?

- A) R\$ 4.500,00  
B) R\$ 4.320,00  
C) R\$ 3.483,97  
D) R\$ 13.680,00  
E) R\$ 14.516,13

QUESTÃO 39

Um investimento resultou num montante de R\$ 43.000,00 no prazo de 3 meses. Se a taxa de juros efetiva ganha foi de 10% ao mês, qual o valor do investimento?

- A) Aproximadamente R\$ 31.306,54
- B) Aproximadamente R\$ 35.055,91
- C) Aproximadamente R\$ 32.306,54
- D) Aproximadamente R\$ 32.055,91
- E) Aproximadamente R\$ 35.306,54

QUESTÃO 40

Uma pessoa aceitou fechar uma aplicação recebendo 15% a.a. por um ano. Se a inflação no período foi de 12%, qual a taxa real da operação?

- A) A taxa real é de 3%.
- B) A taxa real é de aproximadamente 2,80%.
- C) A taxa real é de -3%.
- D) A taxa real é de aproximadamente 2,68%.
- E) A taxa real é de - 2,68%.

RASCUNHO

RASCUNHO